

Brasil espera receber

ZILIANSE

Brasília, terça-feira, 24 de julho de 1990 5

US\$ 1,4 bi do FMI

Uma missão do Fundo Monetário Internacional chega ao Brasil na próxima semana para examinar as contas públicas, com base no ajuste fiscal, que prevê superávit orçamentário de 1,22 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. O Governo brasileiro espera fechar um acordo *stand-by* com o FMI, com prazo de 18 meses, pelo qual receberá empréstimo de cerca de 1,4 bilhão de dólares, o que equivale a 70 por cento da cota anual do Brasil, informou ontem o secretário nacional de Política Econômica, Antônio Kandir.

Kandir — que esteve em Washington na semana passada para reuniões com a diretoria do FMI e técnicos do Departamento do Tesouro norte-americano — revelou otimismo para o fechamento do acordo, que marcará o início da renegociação da dívida externa, hoje de aproximadamente 105 bilhões de dólares. Argumentou que o FMI não está

condicionando o fechamento do acordo a nenhuma negociação prévia com o Clube de Paris (que reúne os órgãos credores governamentais) nem com os bancos privados.

O aporte de 1,4 bilhão de dólares deverá ser desembolsado em parcelas trimestrais e estará condicionado ao cumprimento das metas econômicas definidas pelo Governo brasileiro. Esses recursos servirão como contrapartida aos desembolsos efetuados para pagamento dos juros e serviço da dívida externa em atraso. Antônio Kandir classificou como “excelentes” os contatos mantidos e disse esperar fechar o acordo “o mais rápido possível”.

A missão será chefiada por Thomas Reichmann, diretor da Divisão Atlântico Sul do FMI, na qual o Brasil está incluído. Kandir disse que a equipe encarregada da renegociação pretende desconectar a negociação da dívida com o FMI das negociações

com os bancos oficiais e demais credores privados. Ele afirmou que houve receptividade por parte dos técnicos do FMI e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos à orientação dada pela equipe econômica para a renegociação global da dívida externa. Acrescentou que o plano de estabilização econômica implantado em 15 de março também “foi bem aceito”.

Informou ainda que, até setembro, deverá estar concluída a carta de intenções que será apresentada à instituição e que há uma expectativa de que, até lá, as negociações com os bancos privados já estejam bem encaminhadas. A intenção do Governo brasileiro é de que as negociações visem sobretudo à redução dos estoques e serviço da dívida externa e que as remessas de divisas ao exterior levem em conta a capacidade de pagamento do País, sendo compatíveis com as necessidades de crescimento e com o equilíbrio de suas contas públicas.